

Itamaracá: lugar de beleza e fortaleza da Rede Vida Viva

(*) Sabino Bussanello

Aconteceu entre os dias 20 e 22 de novembro de 2015, na Ilha de Itamaracá/PE, o **9º Encontro Internacional da Rede Vida Viva**.

Trata-se de um dos maiores eventos que promove a troca de experiências entre trabalhadores e

trabalhadoras do mundo sobre como são construídas as estratégias de enfrentamentos e as soluções dos problemas que afetam a saúde, a vida e o trabalho das pessoas. É um grande espaço de dialogo sobre como os trabalhadores/as e suas organizações vem reagindo as ofensivas do capital.

O evento reuniu mais de 70 pessoas do Brasil, Alemanha, Colômbia, Moçambique, Índia e Sri Lanka. O Brasil - país anfitrião – contou com a maior delegação (65); o estado de Santa Catarina participou com 14 membros, representando três setores estratégicos: indústria, eletricitários e servidores municipais.

A Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fetiesc) fez-se presente com o professor e assessor de formação sindical, Sabino Bussanello.

Foram três dias de intensos debates e trocas de experiências entre os participantes. As principais temáticas versaram sobre: i) crise mundial do capitalismo e precarização do trabalho; ii) diálogos sobre desafios, estratégias e resultados da Rede Vida Viva; iii) plano de ação da Rede Vida Viva nas dimensões dos locais de trabalho, nos sindicatos e na sociedade;



iv) organização de calendário e programação de atividades formativas em cada país e região; v) trocas de experiências, lembranças e intercâmbios culturais e gastronômicos de cada país e região.

Os diálogos e debates produziram um processo de sensibilização em todos os participantes.

Relatos e análises de como vivem os trabalhadores e trabalhadoras no Sri Lanka,



Índia, Moçambique, Colômbia, Alemanha e Brasil nos deixou chocados e indignados.

As dificuldades do sindicalismo na Índia - para início de conversa, quero destacar a postura do governo indiano que proibiu os representantes da Rede Vida Viva de virem ao Brasil. Via online conseguimos falar com Dithhi Bhattacharya, líder sindical e representante do setor têxtil daquele país. Calculando cada palavra, Dithhi descreveu-nos as situações precárias do trabalho vivido pelos trabalhadores e trabalhadoras, bem como as imensas dificuldades de se organizar a luta sindical na Índia. No dia seguinte, tentamos novamente fazer contato com a sindicalista, porém, fomos informados de que não seria possível devido ao forte controle exercido pelo governo sobre o movimento sindical e suas lideranças...

A precarização do trabalho na Índia e Sri Lanka – o líder sindical do Sri Lanka, Anton Marcus, nos mostrou um vídeo sobre as péssimas condições de vida e trabalho vivido, principalmente pelas mulheres, em fábricas e processos produtivos que confeccionam produtos de marcas famosas como Zaira e H&M.

Anton destacou que, *“tanto as mulheres da Índia quanto as de Sri Lanka submetem-se a todo tipo de trabalho precário em busca de um pouco de dinheiro (‘dote’) para depois retornarem aos seus lugares de origem em busca de casamento. Entretanto, muitas dessas mulheres acabam sendo vítimas das posturas machistas e preconceituosas que as consideram desertoras e mal faladas, simplesmente por terem saído de suas regiões para trabalhar nos centros urbanos. Estas trabalhadoras acabam submetidas à vários tipos de humilhações como assédio moral e sexual (exercido pelos patrões e chefes hierárquicos), evitando, assim, de falar e denunciar tais agressões vividas no processo produtivo”*.

Repressão e perseguição ao sindicalismo colombiano - o relato da representante colombiana, Daira Falcete, não foi muito diferente. A sindicalista afirmou que *“além dos baixos salários e das péssimas condições de trabalho, que afetam a grande maioria dos trabalhadores e trabalhadoras colombianas, a atividade sindical é desestimulada e controlada pelas forças governamentais e empresariais. Em nosso país, ser sindicalista é uma aventura perigosa, pois tanto os órgãos de governo quanto os setores empresariais perseguem, intimidam e eliminam as lideranças sindicais que lutam e defendem os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras”*, desabafa.

Informalidade e desproteção dos trabalhadores/as em Moçambique - para o líder sindical de Moçambique, Helder Consolo, *“a precarização e a informalidade do trabalho atingem a maioria das pessoas em meu país. Em função disso há muitos conflitos nos processos produtivos como, por exemplo, trabalhadores sem vínculos e empresas pagando salários bem abaixo do mínimo nacional. Além do mais, não temos um sistema de proteção social efetivo, capaz de proteger os trabalhadores e garantir seus direitos”*.

Gestão “enxuta” e adoecimento dos trabalhadores na Alemanha - os representantes alemães Bernd Schneider, Ralf Alexander e Heiner Koehnen, expuseram alguns dos dilemas vividos pelos trabalhadores e trabalhadoras naquele país. Descreveram que *“está ocorrendo, na Alemanha, um processo cada vez mais intenso de exploração e individualização dos trabalhadores (as). A combinação de mecanismos como **gestão enxuta** e*

gestão indireta vem causando um processo de estresse dobrado e muito adoecimento às pessoas. Apesar dos esforços imprimidos pelas Comissões de Fábricas e pelos próprios Sindicatos, ainda persiste, no interior das empresas, muita resistência das chefias e dos gestores empresariais com relação à adoção de mudanças necessárias nos processos produtivos como a diminuição da carga de trabalho e a garantia de qualidade de vida e saúde das pessoas que trabalham. Além do mais, sentimos, também, que está faltando muita formação política para os trabalhadores e as lideranças sindicais...”, destacam os representantes alemães.

Terceirização e flexibilização de direitos no Brasil - a delegação brasileira, por sua vez, designou as sindicalistas de Pernambuco, Lindinere Ferreira e Mara Lira do Espírito Santo, para expor alguns aspectos da realidade vivida pelos trabalhadores e trabalhadoras no Brasil. Aqui, são raras as empresas e os setores produtivos que aceitam desenvolver metodologias para “mapear riscos” e “resolver problemas” no interior dos processos produtivos juntamente com os trabalhadores/as. Com exceção de alguns setores como servidores públicos, empresas de economia mista e poucas entidades sindicais, percebe-se que a maior dificuldade de se realizar um trabalho mais direto e sistemático com os trabalhadores (as) no chão de fábrica é não conseguir adentrar nas empresas. Mas, por que temos estas dificuldades? Em primeiro lugar porque o capital considera “intromissão” sindicatos adentrarem nos processos produtivos (para os patrões esta premissa significa invasão de propriedade, ou melhor, “sindicato bom é aquele da porta prá fora, que nada vê, que não faz luta e que não denuncia as situações vividas pelos trabalhadores no interior dos processos produtivos”...); em segundo lugar porque as formas de organizações nos locais de trabalho são ineficazes e, em sua grande maioria, controladas pelos patrões e chefias; e, em terceiro lugar, porque há um processo de “acomodação” dos próprios dirigentes sindicais com relação ao enfrentamento direto desses desafios. Esse “vácuo orgânico” do sindicalismo brasileiro faz com que a ofensiva patronal avance sobre a desregulamentação do mercado de trabalho propondo projetos e medidas que preveem a terceirização, a supressão de direitos e precarização nas relações de trabalho...

Sedução e cooptação

O fenômeno da reestruturação produtiva implantada no mundo e no Brasil a partir da década de 80/90 desencadeou, por um lado, um processo de “sedução” e “cooptação” dos trabalhadores e trabalhadoras e, por outro lado, estabeleceu um convite de “parceria” e de “exclusão” dos sindicatos da realidade produtiva. Os impactos dessa ideologia neoliberal sobre a sociedade, os trabalhadores e os sindicatos foram e são acachapantes.

Para a sociedade significou o enxugamento do Estado e a destruição dos projetos coletivos. Para os sindicatos significou esvaziamento e o enfraquecimento de sua vitalidade representativa. O impacto e consequência para os trabalhadores e trabalhadoras foi à flexibilização de seus direitos, a precarização nas relações de trabalho e o adoecimento coletivo.

Os desafios para o movimento sindical (nacional e internacional) são muitos. A luta deve avançar em três dimensões:

i) do local ao global. Sem atacarmos o rentismo e o capital parasitário e sem enfrentarmos os trabalhos precários, informais e degradantes promovidos por empresas nacionais e multinacionais não conseguiremos garantir saúde, bem-estar e uma vida com qualidade para aos trabalhadores e trabalhadoras do mundo; ii) **do**



técnico ao político. Os trabalhadores e trabalhadoras precisam conhecer e dominar os conhecimentos técnicos e científicos, pois sem eles será difícil contrapor-se às relações de poder e às classes detentoras da riqueza econômica. Entretanto, a decisão de defender os interesses dos

trabalhadores e trabalhadoras é uma **questão política**, ou seja, exige uma postura política. Assim, sem vontade política e sem postura política não tem como enfrentar as contradições de classe, às mazelas da realidade social e, conseqüentemente, não há como transformá-la e modificá-la em prol da grande maioria;

iii) **do individual ao coletivo**. Já dizia Mahatma Gandhi que: **“aquele que não é capaz de governar a si mesmo, não será capaz de governar os outros”**. Porém, para conseguirmos isso, temos que superar o individualismo, o egoísmo, o consumismo, e engendarmos novos valores civilizatórios, éticos e solidários, a exemplo do que muito bem expressou o ex-presidente do Uruguai, José Pepe Mujica, quando afirma que: **“... Sem solidariedade e consciência coletiva não há civilização, ou seja, não é só uma mudança do sistema, é uma mudança de cultura, é uma cultura civilizatória. E não tem como sonhar com um mundo melhor se não gastar a vida lutando por ele. Temos que superar o individualismo e criar consciência coletiva para transformar a sociedade”**.

É provável que tenhamos muitas divergências entre nós. Mas, elas não podem embaralhar nossa percepção da realidade e a compreensão de suas contradições. Pelo contrário, as divergências devem nos estimular a seguir em frente, na perspectiva de construção de um projeto multiforme, democrático e participativo. Um projeto coletivo, que garanta a emancipação e visibilidade às “populações escondidas”; que envolva todas às forças políticas e sociais num processo de colaboração criativa; enfim, que permita, a exemplo do que muito bem ensinou o educador, Paulo Freire, que: **“É preciso unir os divergentes para melhor enfrentar os antagônicos”**.

Acredito que nisso reside à maior riqueza do método da Rede Vida Viva: **“capacitar os divergentes para melhor enfrentar os antagônicos”**.

Mãos à obra!

Itapema, 25 de novembro de 2015.

(*) Sabino Bussanello, é professor e assessor de formação na Escola Sindical da Fetiesc, Itapema/SC.